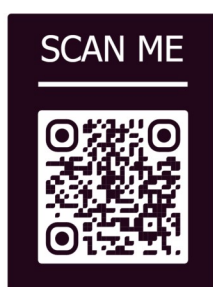


Audiência Pública

Políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ e 20 anos do Coletivo Laleska D'Capri



Realização: *Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público*

Proponente: *Deputada Olívia Santana*

18 de maio de 2026
Salvador – BA

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – 20ª Legislatura

Presidente – Dep. Ivana Bastos (PSD)

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público

Titulares

Dep. Olívia Santana (PCdoB) – **Presidente**

Dep. Penalva (PDT) – **Vice-presidente**

Titulares

Dep. Hilton Coelho (Psol)

Dep. Jurailton Santos (Republicanos)

Dep. Robinson Almeida (PT)

Dep. Rosemberg Pinto (PT)

Dep. Osni Cardoso (PT)

Suplentes

Dep. Felipe Duarte (Avante)

Dep. Pancadinha (Solidariedade)

Dep. José de Arimateia (Republicanos)

Dep. Zé Raimundo Fontes (PT)

Relatório produzido pela Secretaria-Geral das Comissões (SGC)

Secretário-Geral das Comissões – Jacó Lula da Silva

Técnica relatora – Elbani Oliveira

Revisão – Fernando Jr.

Sumário

Audiência Pública

– Apresentação.....	4
– Composição da Mesa.....	5
– Presenças registradas.....	6
– Abertura.....	7
– Pronunciamentos.....	8
– Plenária.....	12
– Considerações finais.....	16
– Encaminhamentos.....	17
Anexo I – Link para vídeo da audiência pública.....	18
Anexo II – Galeria de fotos.....	19

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação

A audiência pública realizada teve como objetivos centrais debater as políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+ e celebrar o vigésimo aniversário do Coletivo Laleska D'Capri. Durante o evento, a presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público destacou a relevância do Dia Internacional contra a LGBTfobia, celebrado em 17 de maio. A parlamentar lembrou que a data alude à histórica decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) de retirar a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), revertendo o estigma de transtorno mental que lhe era atribuído. Dessa forma, a audiência consolidou-se como um espaço de exaltação às conquistas históricas e sociais desse segmento da população.

Na audiência, também foi detalhado o Plano Decenal de Direitos da População LGBTQIAPN+, ainda em elaboração.

Composição da Mesa

Reunião presencial realizada na Sala Dep. Eliel Martins.

Thiffany Odara – Vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT) e ouvidora adjunta da Defensoria Pública da Bahia (DPE-BA)

Lívia Ferreira – Representante LGBTQIAPN+ UNA

Marcelo Cerqueira – Presidente da Grupo Gay da Bahia (GGB)

Lara Matos – Representante da Secretaria de Planejamento da Bahia (Seplan)

Augusto Oliveira – Coordenador estadual da política LGBTQIAPN+

Trícia Calmon – Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH)

Cláudia Ferraz – Coordenadora da área de proteção aos direitos humanos e representante da DPE

Ricardo Amorim – Representante da Secretaria de Segurança Pública da Delegacia Especializada de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa (Decrin),

Léo Kret do Brasil – Diretora-geral de Políticas e Promoção da Cidadania LGBTQIAPN+ da Secretaria Municipal da Reparação (Semur) e ex-vereadora de Salvador

Presenças registradas

Milena Passos – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi)

Yorran D'Lafé – Presidente do Conselho Municipal LGBT de Salvador

Carolina Dumet – Comissão Permanente de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados da Bahia – Seção Bahia (OAB-BA)

Heeverson Suzart Vilas Bôas – Comissão Permanente de Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados da Bahia – Seção Bahia (OAB-BA) e Igreja Comunidade Metropolitana de Salvador

Lucigleide Nery Nascimento – Superintendência de Estudos Econômicos (SEI)

Jô do DVD – Conselheira Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (Gapa-BA)

Amanda Maia – Núcleo de Combate a LGBTFobia Institucional na Procuradoria-Geral do Município de Salvador (PGMS)

Emerson – Cientista político

Carlos Henrique de Lucas – Representante do Conselho Estadual LGBTQIAPN+/Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob)

Ivana Santana Cunha – Associação LGBTQIAPN+ de Salinas

Ermeval da Hora – Coordenador Nacional LGBTQIAPN+ do Movimento Negro Unificado (MNU)

Taila Barbosa – Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC)

Tatiane Anjos – Instituto Luísa Mahin

Mayalla Kelly – Presidente do Mulheres em Movimento de Valorização e Acolhimento (Mova)

Camile Nascimento – Coordenadora do Fórum Baiano LGBTQIAPN+

Catarina Paraguaçu – Diretora LGBTQIAPN+ da União dos Estudantes da Bahia (UEB)

Lohanea Campos Batista – Sem identificação

Abertura

Deputada Olívia Santana – Presidente da comissão

Abriu a sessão saudando as pessoas presentes e destacando a importância do acolhimento da população LGBTQIAPN+ pela Assembleia Legislativa da Bahia. Ressaltou que o objetivo do evento era debater políticas públicas para fortalecer e humanizar as relações sociais com essa comunidade, lembrando que 17 de maio é o Dia Internacional da População LGBTQIAPN+, um momento de luta, afirmação e celebração das conquistas históricas.

Em linhas gerais, a parlamentar explicou que a ALBA não pode criar leis que gerem despesas, mas pode encaminhar indicações ao governo do estado para a implementação de políticas públicas, reforçando a importância desse mecanismo para a transformação social.

Pronunciamentos

Thiffany Odara – CELGBT e DPE

Iniciou sua primeira fala agradecendo a oportunidade e destacando o trabalho do Conselho na luta e garantia de direitos, especialmente no que diz respeito à revisão do Plano Decenal de Direitos da População LGBTQIAPN+. Agradeceu a deputada Olívia Santana pelo apoio à pauta LGBTQIAPN+ na Assembleia e enfatizou a necessidade de combater o racismo, a LGBTfobia, o machismo e a misoginia. Ressaltou a importância do controle social e do fortalecimento das políticas públicas, principalmente para as pessoas que vivem no interior do estado, onde a política LGBTQIAPN+ enfrenta maiores dificuldades.

Por fim, destacou que o Plano Decenal é um instrumento de planejamento estratégico construído coletivamente que deve ser utilizado como ferramenta de luta e reivindicação para garantir direitos e políticas efetivas. Em seguida, preparou-se para a apresentação.

Marcelo Cerqueira – GGB

Agradeceu o convite e fez um relato histórico sobre a luta contra a LGBTfobia, lembrando que o Brasil foi pioneiro na abolição do código que classificava a homossexualidade como doença, graças à mobilização de grupos como o Grupo Gay da Bahia. Nesse sentido, enalteceu o papel do movimento em variadas ocasiões em que foi necessário entrar em luta por representatividade.

Em seguida, criticou a postura persecutória do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), que tem imposto multas elevadas a eventos LGBTs, dificultando a realização de manifestações culturais e políticas. Defendeu a necessidade de mudança na lei de direitos autorais para que a música, embora importante, não seja um obstáculo para a realização das paradas e eventos do movimento. Também defendeu critérios claros para a cobrança dos valores.

Deputada Olívia Santana – Presidente da comissão

Realizou uma intervenção e concordou com a importância do direito dos artistas, mas ressaltou a necessidade de pactuar com o Ecad para encontrar uma solução que reconheça a natureza social e política dos eventos promovidos pela comunidade LGBTs, sem onerá-las excessivamente.

Trícia Calmon – SJDH

Fez sua autodescrição e saudou os presentes, destacando a importância do Plano Decenal como documento vivo que consolida conquistas e aponta para os desafios futuros. Disse que o documento estava pensando com muito cuidado e anunciou que o Plano Decenal seria entregue no mês de junho, com uma grande festa.

Enfatizou que a população LGBTQIAPN+ é composta por pessoas integrais, cujas demandas abrangem educação, saúde, trabalho e outras áreas, e que a resistência constante a que são submetidas causa adoecimento físico e mental. Mencionou ações recentes realizadas pela SJDH no Maio da Diversidade, como o lançamento de uma cartilha para a pessoa idosa LGBT e a instalação do Comitê Estadual de Gestão de Políticas LGBTs, que visa monitorar e fortalecer as políticas públicas no estado.

Por fim, ressaltou a importância da participação da comunidade e capacitação dos conselheiros, e do controle social para a efetividade das políticas, além da necessidade de ampliar o orçamento destinado a ações de diversidade.

Marcelo Cerqueira – GGB

Realizou uma intervenção para sugerir que uma vaga do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa fosse reservada à população LGBTQIAPN+.

Thiffany Odara – CELGBT e DPE

Retomou a fala para apresentar o Plano Decenal de Direitos da População LGBTQIAPN+, explicando que um plano decenal é um planejamento estratégico de participação social coletiva (lideranças, sociedade civil) para se pensar uma política durante dez anos. No caso do documento em pleito, explicou que nasceu de provocações da sociedade e do Conselho LGBT, sobretudo do interior do estado.

Por meio de slides, apresentou os principais pontos de construção e fortalecimento das políticas públicas voltadas para essa comunidade.

Defendeu que, para a política pública ser efetiva, o CELGBT deveria passar a ser deliberativo e com orçamento, e não apenas consultivo.

Mário Ferreira – Secretário executivo do CELGBT

Explicou a construção do capítulo Governança, Monitoramento e Inovação do Plano Decenal e reconheceu como um dos trechos mais técnicos do

documento, envolvendo transdisciplinaridade da pauta LGBTQIAPN+ com outras secretarias.

Lara Matos – Seplan

Em sua fala, destacou a construção coletiva do Plano Decenal, a importância de dados consistentes para o diagnóstico da realidade da população LGBTQIAPN+ e a necessidade de formação continuada dos conselheiros sobre o plano plurianual, para que eles possam atuar efetivamente no monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Ressaltou que o plano deve ser um instrumento técnico e político, e que o processo de elaboração é mais importante do que o documento final em si, enfatizando a importância da luta constante para garantir direitos em um estado marcado por relações de força desiguais.

Augusto Oliveira – Coordenador estadual da Política LGBTQIAPN+

Saudou o movimento social e destacou a importância da interiorização do CELGBT, que naquele momento contava com maior representatividade do interior do estado. Enfatizou a necessidade de políticas públicas que garantissem a inclusão da população LGBTQIAPN+ em todas as áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Mencionou os procedimentos operacionais padrão (POPs) para atendimento inclusivo nas festas populares. Ressaltou que a formação de servidores públicos era fundamental para a efetividade dessas políticas. Opinou que o Conselho devia ter autonomia financeira para desempenhar seu papel de forma mais eficaz.

Léo Kret – Diretora-geral de Políticas e Promoção da Cidadania LGBTQIAPN+ da Semur e ex-vereadora de Salvador

Compartilhou sua experiência de luta contra o preconceito na Câmara Municipal de Salvador, destacando a importância da representatividade trans na política e o apoio que recebeu da deputada Olívia Santana no legislativo municipal. Ela ressaltou que a luta por direitos iguais era coletiva e que o sucesso de uma mulher trans representava a vitória de toda a comunidade LGBTQIAPN+.

Enfatizou seu compromisso com a causa e colocou-se à disposição para apoiar as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+.

Cláudia Ferraz – DPE

A coordenadora destacou a importância da escuta da população LGBTQIAPN+ para a construção de políticas públicas efetivas e ressaltou

que as instituições públicas existem para servir aos cidadãos e que a Defensoria Pública tem promovido plenárias temáticas para ouvir as demandas da comunidade, que envolvem educação, saúde, trabalho e envelhecimento. E enfatizou a necessidade de empatia e solidariedade para avançar na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Ricardo Amorim – Decrin

Explicou que a delegacia passou a atuar também na investigação de crimes de LGBTfobia, que naquele momento representavam cerca de 30% das ocorrências registradas. Destacou os esforços para capacitar policiais em todo o estado para um atendimento mais inclusivo e sensível às demandas da população LGBTQIAPN+, incluindo a elaboração de um protocolo específico para atendimento dessa comunidade.

Assim, ele concluiu ressaltando a importância da transformação cultural dentro das instituições policiais para garantir uma polícia democrática, plural e comprometida com os direitos humanos.

Plenária

Bárbara Alves – Militante lésbica

Parabenizou a deputada Olívia Santana e o movimento LGBTQIAPN+ pelo avanço na construção do Plano Decenal, destacando a importância do tripé formado por movimento social, governo e academia. Ela mencionou a dificuldade pessoal de conciliar trabalho e militância, mas expressou satisfação com os progressos alcançados e a continuidade da luta.

Ivana Cunha – Presidente da Associação LGBTQIAPN+ Cores de Salinas e conselheira estadual

Falou sobre a realidade de opressão ainda enfrentada pela população LGBTQIAPN+ no interior, especialmente em municípios pequenos como Salinas da Margarida, onde, segundo ela, o preconceito era escancarado e o acesso a políticas públicas era limitado. Ela destacou a importância da interiorização do Conselho Estadual e da necessidade de incluir a população LGBTQIAPN+ como grupo prioritário em programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Por fim, também ressaltou a luta contra a usurpação do protagonismo do movimento por parte de gestões municipais e a importância da resistência e da organização da comunidade LGBTQIAPN+.

Carlos Henrique de Luca – Representante do Conselho Estadual LGBTQIAPN+/Ufob

Denunciou a violência e explicou o conceito de agrovioência, um tipo de agressão de gênero e sexualidade no Oeste da Bahia, especialmente em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, onde o conservadorismo e o familismo, segundo ele, produziam violência contra pessoas LGBTQIAPN+.

Com isso, ele defendeu a necessidade de proteger o território da comunidade LGBT, o diagnóstico regionalizado da violência, a criação de equipamentos públicos de referência fora da capital e a autonomia orçamentária do Conselho para atuar no interior. Também mencionou a organização de um observatório de violações de direitos humanos em gênero e sexualidade na Ufob, que busca produzir dados confiáveis para fundamentar políticas públicas.

Jô do DVD – Gapa-BA

Destacou a importância da luta cultural e política do movimento LGBTQIAPN+, mencionando retrocessos em cidades como Lauro de

Freitas, onde o governo municipal vinha restringindo o apoio às paradas LGBTs. Ela enfatizou que a parada não é apenas uma festa, mas um momento de fortalecimento das ações do movimento, e expressou preocupação com o avanço de políticas conservadoras que ameaçam os direitos conquistados.

Por fim, Jô questionou o posicionamento dos representantes do governo de direita presentes à audiência em relação à Lei 9.955/2026 (proíbe a exposição de cartazes ou materiais com conteúdo relativo à identidade de gênero de crianças trans, nas escolas municipais e em estabelecimentos de saúde do Município de Salvador), que ela considerou um retrocesso, e defendeu a necessidade de resistência e mobilização.

Lucigleide Nery Nascimento – SEI

Ressaltou a importância dos dados oficiais para visibilizar a população LGBTQIAPN+ e orientar políticas públicas. E destacou que a ausência de dados é uma forma de invisibilização e que indicadores são essenciais para direcionar recursos e ações efetivas.

Jarele Rocha – Coletivo Flores do Sisal/Serrinha-BA

Expressou indignação pela demora na realização da audiência pública e pela falta de participação efetiva da Defensoria Pública e do Ministério Público nas reuniões do CELGBT. Também destacou a importância da participação da sociedade civil na materialização das demandas e mencionou problemas específicos, como o desrespeito ao nome social de estudantes trans em escolas estaduais em Serrinha, que tem sido justificado como problema técnico, mas que, segundo ela, configurava violência reiterada.

Sereia na Voz – Ativista de Arembepe

Compartilhou sua experiência pessoal como mulher autista e destacou a importância da inclusão e do combate à transfobia, especialmente em áreas periféricas e ribeirinhas. Ela mencionou o caso de Maikelli Monique, uma mulher trans que teve sua casa demolida e que ainda não havia sido incluída em programas habitacionais, evidenciando a necessidade de compromisso e ação efetiva por parte das gestões públicas.

Ermeval da Hora – MNU

Fez um relato histórico da luta da população negra LGBTQIAPN+, destacando a resistência contra a homofobia dentro do movimento negro e a importância do CELGBT na construção do Plano Decenal. Também enfatizou a necessidade de reconhecer a interseccionalidade e a diversidade dentro da comunidade para avançar nas políticas públicas.

Jai Lopes – Educadora e conselheira estadual LGBT

Ressaltou a importância da inclusão das pessoas LGBTQIAPN+ com deficiência no Plano Decenal, destacando a necessidade de acessibilidade, interseccionalidade e acolhimento plenos na administração pública. Ela enfatizou o papel das organizações sindicais na fiscalização e garantia da implementação das políticas, especialmente nas escolas e nos locais de trabalho.

Paulett Furacão – Militante trans, conselheira e assessora da deputada Olívia Santana

Agradeceu o acolhimento recebido na ALBA, segundo ela um espaço de materialização de políticas públicas, e ressaltou a importância da presença de pessoas trans em espaços de poder. Expressou preocupação com a continuidade da luta após o término do mandato da deputada Olívia Santana, destacando a dissolução do Fórum Estadual LGBTQIAPN+ e a necessidade de representação política comprometida para avançar na revogação de leis prejudiciais e na defesa dos direitos.

Marcos Meireles – Coordenador de Políticas LGBTs de Lauro de Freitas

Mostrou entusiasmo com a audiência e expressou que, além das resistências políticas ideológicas, a pessoa LGBT enfrentava resistência nas famílias. Em seguida, agradeceu pela construção do Plano Decenal e o considerou forma de fomentar a voz da comunidade LGBT.

João Danilo – Presidente do Fórum de Educação do Estado da Bahia

Demonstrou alegria em participar do evento e se solidarizou com as pautas apresentadas. Defendeu o direito à educação e convidou os coletivos ali presentes à participação nos fóruns de educação no interior e à construção dos debates, atuando efetivamente nesses órgãos.

Camile Nascimento – Militante e conselheira

Convocou a mobilização contra a Lei Municipal 9.955/2026, considerada inconstitucional e prejudicial aos direitos da população LGBTQIAPN+, anunciando uma manifestação pacífica na tribuna da Câmara Municipal de Salvador para enfrentar os bolsonaristas e defender a revogação da lei.

Natália Paixão – Representante da SEC

Respondeu à denúncia sobre o desrespeito ao nome social nas escolas, explicando que o sistema de matrícula já possuía campo para inclusão do nome social, mas que o problema estava na administração incorreta dos

dados por parte dos profissionais. Ela destacou que havia projetos de capacitação para que os professores e a rede de apoio pudessem lidar adequadamente com a diversidade.

Considerações Finais

Marcelo Cerqueira – Presidente do GGB

Em sua despedida, voltou a destacar a importância da inclusão da população idosa LGBTQIAPN+ nas políticas públicas, mencionando as dificuldades enfrentadas nas instituições de longa permanência e a necessidade de revisão dessas situações para garantir atendimento digno e respeitoso.

Destacou os 80 anos do ativista Luiz Mott e a sua importância para a militância LGBTQIAPN+. Ressaltou que a convivência com ele fez com que a luta por valorização da pessoa idosa LGBT fosse tomada como uma bandeira pessoal de luta.

Léo Kret – Diretora-geral de Políticas e Promoção da Cidadania LGBTQIAPN+ da Semur e ex-vereadora de Salvador

Pediu a palavra para declarar-se contra a Lei 9.955/2026 e demonstrou apoio à manifestação pacífica que seria realizada. Revelou que havia acionado o Conselho Municipal LGBT e feito um parecer para demonstrar a inconstitucionalidade da lei, pedindo a sua revogação. Segundo ela, o parecer seria enviado para apreciação da Procuradoria Jurídica do município.

Deputada Olívia Santana – Presidente da comissão

Agradeceu a participação de todos, ressaltou a importância da continuidade da luta e da representatividade política para garantir avanços nas políticas públicas para a população LGBTQIAPN+.

Encaminhamentos

A deputada Olívia Santana apresentou os encaminhamentos formulados durante a audiência pública:

- Reunião com o Ecad para tratar da questão do uso de músicas em eventos sem multas abusivas.
- Inclusão da população idosa LGBTQIAPN+ em conselhos e entidades, a avaliação.
- Avaliação e elaboração do novo Plano Decenal.
- Inclusão da população LGBTQIAPN+ como grupo prioritário em programas habitacionais.
- Transformação do Conselho Estadual LGBTQIAPN+ em órgão deliberativo com dotação orçamentária.
- Produção de dados específicos sobre violência nos territórios de identidade.
- Criação de um observatório em Barreiras para monitorar a agroviolência.
- Correção dos nomes de pessoas LGBTs nas listas da Secretaria de Educação.
- Encaminhamento à Prefeitura de Camaçari pedido formal para resolução do caso Maikelli Monique nas novas entregas de imóveis do Minha Casa, Minha Vida.
- Inclusão das pessoas LGBTQIAPN+ com deficiência no Plano.
- Participação nos fóruns municipais de educação.
- Revogação imediata da Lei municipal 9.955/2026.
- Encaminhamento de moção de aplauso a Luiz Mott pelos seus 80 anos.

ANEXO I

Link para o vídeo da audiência pública:

<https://www.youtube.com/watch?v=AQLBeUJPF-M>

ANEXO II

Galeria de fotos

Créditos: ASCOM/AgênciaALBA e Reprodução YouTube

